CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO: CEE nº 1046/71

PARECER Nº 2389/73

Aprovado por Deliberação

Em 12/11/1975

INTERESSADO: José Alberto Porto da Costa Teixeira

ASSUNTO : Alteração de documentação escolar - Sindicância

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

RELATOR : Conselheiro Paulo Gomes Romeo

HISTÓRICO: Em requerimento de fls. 23 a 28, datado de 31 de março de 1971, o Sr. José Alberto Porto da Costa Teixeira requer "seja tornado sem efeito o ato que anulou seu curso de Química Industrial".

O fato que deu motivo à referida anulação está descrito às fls. 41 do processo (parecer da Comissão Sindicante) cujos tópicos principais se transcrevem:

"Comissão Processante Permanente Senhor Secretário:

Os fatos sindicados foram estes: em 1964, José Alberto Porto da Costa Teixeira prestou Exame de Madureza, no Instituto de Educação "Dr. Cesário Coimbra", de Araras, sendo reprovado em Matemática, História e Geografia, porém, no seu atestado de aprovação, está consignada a aprovação nas referidas cadeiras.

O elemento material tido como viciado é o constante de fls. 7 e dele defluem não apenas as notas majoradas, como também, por rubrica, de Paulo Gomes Barbosa, o reconhecimento, controvertido, de firma. Isto, além do exame a olho nu que fizemos dos tipos de máquina datilográfica que evidencia dualidade de redação, tudo em confronto com os documentos autuados, regular e normalmente expedidos.

De tudo, Senhor Secretário, resulta esta positiva e inequívoca realidade: houve uma fraude e há um beneficiário.

Todavia, no âmbito deste Juízo Administrativo, nada se conseguia no tocante à fixação de responsabilidade pessoal.

O então estudante José Alberto Porto da Costa Teixeira, mediante fraude, comprovada, quitou-se com o curso ginásial, matriculou-se no curso de Química e, depois, arranhou emprego dentro da especialidade, porém, a sorte lhe foi adversa, quando a administração escolar impugnou a validade dos documentos precedentes que conflitam com a situação por ele apresentada.

Com efeito, do registro interno do estabelecimento, como dissemos neste relatório, há discrepância nas notas e no resultado geral..."

Em face da representação da Comissão Processante permanente, da

Secretaria da Educação, foi oficiado ao Sr. Secretário da Segurança pública solicitando inquérito policial, para apurar a responsabilidade de fraude (fls. 36).

Remetidos os autos, a este Conselho, o Senhor Presidente houve por bem encaminhá-los a CLN, e, a mim coube relatar o processo.

Solicitamos, então, diligência, conforme documento de fls. 50, para melhores informações. (21/03/73).

O inquérito policial indiciou o requerente no delito de falsidade ideológica, tendo, ao ser remetido ao Juiz de Direito da Comarca de Araras, sido o Sr. José Alberto Porto da Costa Teixeira, por decisão do Meritíssimo Juiz, excluído do referido inquérito, por se tratar de menor não criminalmente responsável.

Em síntese trata-se do seguinte:

O Sr. José Alberto da Costa Teixeira, em 1964, prestou exames de madureza no Instituto de Educação Estadual "Dr. Cesário Coimbra", de Araras, sendo reprovado em Matemática, História e Geografia, entretanto, apresentou certificado de aprovação nas referidas matérias.

Esse documento foi objeto de sindicância e inquérito policial, não tendo chegado nenhum dos dois a nenhuma conclusão quanto à autoria da fraude alegada.

O requerente foi excluído do inquérito policial por ser menor à época do evento.

Usando o documento acima, o interessado matriculou-se no Curso de Técnico de Química Industrial, tendo concluído a 4ª série em 1968, ocasião em que lhe foi fornecida uma declaração nesse sentido, pelo Instituto, inclusive com a afirmação de que o diploma lhe seria entregue em tempo hábil.

Em 19 de março de 1971, teve cancelada a matrícula neste curso, nos anos de 1.965/66/67 e 68 (doc. de fls. 64 e 65).

Em 1.70, realiza novos Exames de Madureza no Colégio "Olegário de Barros", de Taubaté, resultando então o seguinte; (doc. de fls. 89) Madureza ginasial:

Português - nota 5,0 - Colégio Estadual São Paulo - 11/63
Matemática - nota 6,0 - Colégio Olegário de Barros - 09/70
Geografia - nota 5,5 - Colégio Ayres de Moura - 07/70
História - nota 6,5 - Colégio Estadual São Paulo - 11/64
Ciências - nota 5,0 - Colégio Ayres de Moura - 07/70

Com estes documentos (Certificado Ginasial do Colégio Ayres de Moura e Atestado do Instituto Castro Alves), matriculou-se na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas D. Pedro II, onde cursava o 3º ano em 1.973.

Pela Portaria 20/73, do Diretor da Faculdade, teve a matrícula cancelada, de acordo com o MEC (fls. 94).

Em resumo: pelas fraudes constatadas nos Exames de Madureza ginásial, prestados no Instituto de Educação Estadual "Dr. Cesário Coimbra", de Araras, teve o seu curso no colegial e matrícula no Superior cancelados. Visando a regularizar sua situação escolar, prestou novos Exames de Madureza, em 1970, no Colégio "Olegário de Barros", de Taubaté, satisfazendo, assim, totalmente, o ciclo ginásial.

Apesar da complementação feita pelo interessado, com novos Exames de Madureza, é bem verdade que, feita a posteriori, do curso colegial e da frequência à Faculdade, tal fato não foi considerado pelas autoridades administrativas, motivo pelo que recorre em várias petições ao Conselho Estadual de Educação.

Este o relatório.

FUNDAMENTAÇÃO: Em nosso entender, sem querer justificar e muito menos procurar indicar o responsável pela ocorrência do Instituto de Educação "Dr. Cesário Coimbra", de Araras, julgamos que o interessado, ao prestar novos exames das matérias impugnadas nos Exames de Madureza do colégio citado, saldou a sua obrigação de débito com o curso ginásial, é bem verdade que a posteriori da realização dos cursos ou atividades subsequentes; Mas, o Egrégio Conselho Pleno tem em inúmeras oportunidades, sobretudo quando da convalidação de estudos realizados no exterior, permitido exames a posteriori, convalidando, assim, situações de cursos já terminados, sem o cumprimento de algumas matérias julgadas indispensáveis.

CONCLUSÃO: Assim sendo, entendemos que, tendo o interessado satisfeito às matérias faltantes com a realização de novos Exames de Madureza referentes ao curso ginásial, esta regularizada a sua situação escolar subsequente, ou seja, os estudos equivalentes a nível colegial.

São Paulo, em 26 de setembro de 1973.

a) Conselheiro Paulo Gomes Romeo - Relator

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS, em sessão realizada nesta data, após discussão e votação, adotou como seu Parecer a conclusão do Voto do nobre Conselheiro.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, António Delorenzo Neto, Moacyr E. Vaz Guimarães e Paulo Gomes Romeo.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1973.

a) Conselheiro Oswaldo A. Bandeira de Mello - Presidente

Aprovado por unanimidade na 525^a Sessão Plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de novembro de 1973.

a) José Borges dos Santos Júnior - Presidente